Senado Federal Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido_em<u>06/08/2008</u>, às<u>15-0</u>0 estagiário



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 438

00013

APRESENT	ACÃO	DE	EMEND	AS
	* YZ I U			

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS							
data proposição							
Medida Provisória nº 438 de 04 de agosto de 2008							
Deputado Marcos Montes				n° do prontuário 257			
1 □ Supressiva 2. □ Substitutiva 3. □ Modificativa 4. X Aditiva 5 □ Substitutivo global							
1 Supressiva 2. Sub	Stitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. Substitutivo global			
Página A	rtigo	Parágrafo	Inciso	alínea			
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃ	0				
Insira-se, onde couber, o seguinte artigo à MP 438							
Art. XX Inclua-se o parágrafo 4º do artigo 25, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991:							
§ 4º Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.							
JUSTIFICAÇÃO							
A exclusão da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre material de reprodução utilizada na produção agropecuária é instituto consagrado desde 1971. A inclusão da base de cálculo significaria tributar o setor que historicamente não era passível de tal contribuição, vez que apenas seria tributado o produto final.							
Desta forma passam a ser tributados as sementes e mudas, o sêmen, os embriões, o ovo galado, o pintinho de um dia, o leitão e o bezerro, onerando a cadeia devido a elevação do preço final dos alimentos e desestímulo da pesquisa científica.							
Além de descabida é inoportuna a oneração do processo produtivo em momento de escassez de alimento no mundo.							
Por meio deste dispositivo reconhece-se que a contribuição previdenciária, calculada sobre o valor da produção, não deve incidir sobre a produção de bens que são utilizados no processo produtivo rural enquanto insumo, sem qualquer processo de transformação ou industrialização.							
Vale ressaltar que os setores alcançados com a nova incidência da contribuição previdenciária são pouco intensivos em mão-de-obra onerando-os de forma bem mais perversa ao incluir contribuição sobre faturamento.							
	P/	ARLAMENTAR					
() to ; ow '							